

Carmen Junqueira

# ANTROPOLOGIA INDÍGENA

UMA INTRODUÇÃO

História dos Povos Indígenas no Brasil

educ  
1999

## SÍMBOLO

### **Compreender o outro: uma tarefa para a antropologia**

Um dos sinais de que a pessoa está se tornando adulta talvez seja o desenvolvimento da capacidade de prestar maior atenção ao comportamento dos outros, tentando decifrá-lo e compreendê-lo. É uma atitude que aos poucos substitui o desejo infantil de comandar o mundo ao próprio gosto e que abre espaço a novas experiências.

A fantasia de onipotência recebe seu primeiro golpe sob o impacto do convívio social que estabelece limites à ação individual. O processo, às vezes doloroso, pode oferecer recompensas satisfatórias, uma vez que o estreitamento de amizades e a ampliação do círculo de relações para fora da família tornam-se fonte de novos prazeres. Essa abertura para o exterior talvez seja um dos primeiros passos

em direção ao conhecimento. Conhecimento do outro, do mundo e, também, das autolimitações.

Toda sociedade tem uma forma original de estimular esse desabrochar para fora de si mesmo. Entre os Kamayurá, grupo indígena do Alto Xingu, o processo é interessante.

Durante o primeiro ou segundo ano de vida, a criança permanece estreitamente ligada à mãe. Centro de todas as atenções, ela sabe que a um simples sinal de desconforto pode receber leite, carinho, calor e segurança.

Com o passar do tempo, à medida que amadurece, o mundo da aldeia desperta sua atenção e, finalmente, ela decide participar das brincadeiras junto às outras crianças. Como mascote do grupo, suas vontades continuam sendo sempre atendidas: uma companheira mais velha não hesita em lhe ceder o brinquedo favorito ou mesmo carregá-la nos braços quando se sente cansada. A rigor, quase nada mudou, uma vez que seus desejos não são contrariados.

Mas chega o dia em que ela vai se deparar com uma companheira menor que, saída dos braços da mãe, quer ter seus caprichos atendidos. A tarefa não é fácil, mas se torna menos árdua quando ela

percebe que cabe aos mais velhos atender os menores e que, com esses, ela ainda pode fazer valer a tirania infantil. Mas até quando?

A resposta vem com o aprendizado de que a sociedade Kamayurá valoriza desprendimento e generosidade. É desta forma que os indivíduos de maior projeção social, os líderes, os que ocupam posição de destaque são aqueles que cultivam essas qualidades. Ser generoso é demonstrar superioridade e saber compreender a fraqueza dos outros.

O modelo de comportamento ideal, embora exija renúncias, oferece recompensas sociais, estimula a compreensão da fragilidade e as limitações das atitudes egocêntricas. Compreender isso é tornar-se maduro e ter diante de si canais de acesso às esferas mais altas da sociedade.

De modo similar, é possível identificar o amadurecimento de uma sociedade pela qualidade que ela desenvolve de entender às demais. Em lugar de fazer com que seus próprios hábitos e valores atuem como impedimento ao conhecimento, ela se lança na fascinante aventura de tentar compreender o diferente, o *outro*.

têm a mesma definição. Três palavras diferentes designam a mesma coisa. Isto é, conjuntos de sons diversos (casa, house, maison) referem-se a um mesmo significado ("Edifício (...) destinado, geralmente, à habitação"). Mas sem conhecimento prévio não somos capazes de entender essas palavras estrangeiras. Por isso mesmo, aprender uma língua quer dizer, entre outras coisas, saber o significado, o sentido atribuído aos diversos conjuntos de sons.

Vejamos outro exemplo. Nada mais corriqueiro, para nós, do que o casamento no Brasil envolver apenas um homem e uma mulher de cada vez. É o que se denomina monogamia. Nossos costumes, leis, regras morais etc. legitimam essa prática, que em nossa sociedade é aceita como correta, natural, civilizada.

Outros povos valorizam, igualmente, suas próprias normas, que podem ser bastante diferentes das nossas. Entre os Kamayurá, por exemplo, um homem pode ter várias esposas (poligamia), e entre os Toda, da Índia, a mulher pode ter mais de um marido (poliandria).

Uma coisa é certa, nada na biologia do homem ou da mulher determina de antemão quantos cônjuges se deve ter. É a tradição da sociedade que

O trabalho desenvolvido pelas ciências sociais, e em especial pela antropologia, é um esforço sistemático para decifrar modos e estilos de vida diferentes adotados por outros povos. Este foi um dos caminhos que escolhemos para chegar ao 'conhecimento'.

É bem verdade que nem todos temos acesso ao conhecimento científico. A produção que se encontra em livros e artigos é, por vezes, escrita em linguagem demasiado técnica, dificultando sua leitura por pessoas de outras áreas. Mas as chaves para se compreender o fenômeno mais geral da diversidade de estilos de vida social são bastante simples.

### **Símbolo, o que a sociedade cria**

O conceito de símbolo é uma boa introdução. Tomemos uma palavra qualquer como, por exemplo, 'casa'. Segundo o *Dicionário Aurélio* ela significa: "Edifício (...) destinado, geralmente, à habitação". Se consultarmos dicionários da língua inglesa ou francesa veremos que as palavras 'house' e 'maison'

define e legítima as regras das uniões matrimoniais. Da mesma forma, não é o aparelho fonador que estabelece o conjunto de sons específicos para designar "Edifício (...)" destinado, geralmente, à habitação".

Esse raciocínio pode ser estendido para todos os domínios da vida social. Mesmo manifestações de origem orgânica como o ato de comer, dormir, urinar, evacuar, tossir, escarrar, bocejar, dentre outras, são cercadas de significados determinados pela tradição. Cada sociedade define o que comer, em quais situações e sob quais condições, e assim por diante. O que para um povo é apreciado como pe-tisco, para outro pode parecer repugnante.

Isso mostra como a relação que mantemos com a natureza é bastante criativa. Atribuímos valor e significado a tudo que nos cerca, desde as coisas materiais mais simples até as sensações, atitudes, desejos etc. Nada escapa ao crivo da valorização, que pode ser tanto positivo como negativo.

A essa qualidade humana de atribuir significado, denominados 'capacidade de simbolizar', cujo produto é o *símbolo*. Nesse sentido, tudo que é criado socialmente pode ser entendido como símbolo.

Com essa noção em mente, avançamos muito

na compreensão da vida social. O que anteriormente era visto como natural ganha outra dimensão. Costumes, regras, hábitos, leis, inclusive de nossa própria sociedade, longe de serem determinações da natureza humana, passam a ser encarados como criação de uma tradição específica. A visão para fora, para outras sociedades, também se amplia e se enriquece, e o que era até então exótico, esdrúxulo assume, igualmente, o caráter de obra humana. Aprende-se a entender as diferenças. Se a nossa tradição valoriza a monogamia, nem por isso povos polígamos, isto é, aqueles que adotam a poliginia ou a poliandria, são povos primitivos.

Outros exemplos, semelhantes ao anterior, podem nos ajudar a compreender melhor essa questão. Em várias sociedades indígenas a refeição diária é um ato privado, que o indivíduo realiza em um recanto isolado, longe dos olhares dos outros. Entre nós, ao contrário, são apreciadas as refeições familiares e com amigos. Somos, também, muito atentos ao preparo da comida, de modo a garantir que ela seja não apenas bem-preparada como também muito limpa. Mas basta que uma gota de caldo de feijão caia na blusa, na camisa, para sujá-la. Se a comida é limpa, por que suja a roupa? Acontece que defini-

mos que cada coisa tem seu lugar e, no exemplo dado, o feijão deve estar na panela, na travessa, no prato ou na boca. Fora desses lugares, seja na roupa, no chão, na toalha, ocorre transgressão da regra, violação de outros espaços. Não há dúvida de que outras sociedades também definem o lugar de cada coisa. Mas a seu modo, de acordo com sua tradição.

Do que vimos até aqui, podemos concluir que o símbolo não é determinado pelas características do fenômeno a que se refere. Não é pelo fato de uma habitação ter paredes, telhado, porta e janelas que selecionamos o conjunto de sons 'casa' para designá-la. Se assim fosse, ingleses e franceses, entre outros, poderiam fazer igual reivindicação. Do mesmo modo, não são as características da comida que fazem com que valorizemos refeições conjuntas ou solitárias.

Nesse sentido, pode-se dizer, então, que o símbolo é 'arbitrário'. Isto é, não guarda relação necessária com o fenômeno a que se refere. A prova disso é que povos diferentes atribuem valor e significados diversos a fenômenos iguais. E mais ainda, constatamos que numa mesma sociedade os símbolos se alteram no decorrer do tempo.

Na época do Brasil Colônia, valorizava-se a família patriarcal. Hoje aponta-se como modelo um tipo de família composta de pais e filhos, com equilibrada distribuição de poder. O que outrora era visto como garantia da ordem social, é atualmente classificado de autoritário e atrasado.

Quando dizemos então que o símbolo é arbitrário, referimo-nos também a sua característica de ser mutável, transitório. Ele é transitório porque é *histórico*: altera-se por força dos arranjos sociais de cada época.

O conjunto de símbolos de uma sociedade chama-se *cultura*.

### Cultura

No uso corrente, o termo cultura tem muitos significados. O trabalho com a terra, o ato de cultivar, pode ser chamado de cultura. Cultura serve também para designar instrução, desenvolvimento intelectual. Em antropologia, convencionou-se que os padrões de comportamento, as instituições, os valores materiais e espirituais de um povo são a sua *cultura*. Assim, toda sociedade possui uma cultura, elaborada e modificada no decorrer da sua história.

Desde o seu aparecimento, a espécie humana distribuiu-se pela face da Terra, ocupando progressivamente os mais diversos ambientes e formulando respostas originais aos desafios que enfrentava. Multiplicaram-se os povos, do mesmo modo que as tradições criadas e desenvolvidas para orientar os modos de agir, de pensar e comunicar. Em resumo, a partir da experiência de cada povo, de cada sociedade, floresceram culturas próprias. A criatividade imprimiu rica diversidade aos estilos de vida da humanidade.

É aceita, hoje em dia, a hipótese de que no início da humanidade pequenos grupos organizavam sua vida social em torno de acampamentos para onde era levado o produto de caça e da coleta. A cooperação e a divisão do trabalho permitiram a formação de pequenas sociedades coesas que conseguiram, através desse arranjo, suprir suas necessidades materiais e garantir mais estabilidade à educação prolongada das crianças que, por características da espécie, mantinham-se dependentes até, mais ou menos, os nove anos.

Um traço básico desse estilo de vida deve ter sido a coesão interna, conseguida através de decisões coletivas e do controle das atitudes mais agres-

sivas e competitivas dentro do grupo. Nossos ancestrais foram, portanto, povos pacíficos que descedo aprenderam o significado social da partilha.

Lamentavelmente, é bastante difundida a imagem caricatural do homem pré-histórico como um ser violento, a arrastar a mulher pelos cabelos; e egoísta, devorando sua caça às escondidas. Mas basta que se imagine a fragilidade de uma humanidade carente ainda de armas de defesa eficazes, para que se conduza o raciocínio em direção oposta. Por residir na coesão, a proteção de que necessitavam, homens e mulheres tiveram obrigatoriamente que garantir a paz no interior do grupo e reduzir ao mínimo as agressões externas. A figura do homem-licra, com a agressividade solta, certamente teria inviabilizado a sobrevivência da espécie até os nossos dias.

Dessa forma, podemos afirmar com boa probabilidade de acerto que a sociedade humana existe porque soube entender desde o início a importância da partilha e da coesão. De lá para cá, milhares de anos se passaram e os pequenos grupos ancestrais foram trilhando caminhos diferentes e vivendo sua própria história.

Olhando uma sociedade de nossos dias, é difí-

cil imaginar quantos séculos de existência serviram de base à formação da sua cultura. Quantos desafios, avanços e retornos, alianças e cisões, plasmaram e modificaram seu patrimônio simbólico.

Difícilmente poderemos reconstruir o percurso de cada cultura. Isso aumenta ainda mais a importância de se ter em mente que aquilo que nos é contemporâneo foi longamente trabalhado pela história. Cada cultura que se conhece é fruto desse longo percurso que originou estilos de vida diferentes.

#### A diversidade das culturas

Não é fácil estabelecer as causas específicas da diversidade. Cada cultura se afirma como a melhor, como a 'verdadeira' expressão da humanidade, desqualificando as demais, que não passam, no seu modo de ver, de imperfeitas, primárias; quando não, selvagens e bárbaras. A diferença é justificada, dessa forma, não em função de percursos históricos particulares, mas como qualidade inerente ao próprio povo que fala. Como relata Lévi-Strauss, antropólogo contemporâneo, em 'Raça e história'

*Antropologia estrutural dois*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, p. 334],

A maior parte dos povos a que chamamos de primitivos designam-se a si mesmos com nomes que significam 'os verdadeiros', 'os bons', 'os excelentes', ou mesmo 'os homens' simplesmente, e aplicam adjetivos aos outros que lhes denegam a condição humana como 'macacos da Terra' ou 'ovos de piolho'.

Os fatores que podem causar a diversidade das culturas são de muitas ordens e podem, também, se combinar de forma variada. Isolamento geográfico, características particulares do meio, dinâmica da relação com culturas vizinhas, entre outros, possibilitam a compreensão de aspectos isolados, mas não são suficientes para sustentar uma explicação global.

Povos de zonas árticas ou desérticas, por exemplo, enfrentam desafios de grande impacto, porém as soluções que encontram podem variar tanto entre si como as soluções de povos que habitam áreas mais amenas e pródigas.

O isolamento, por sua vez, pode oferecer con-

dições para um desenvolvimento autônomo e uma maior probabilidade de surgimento de respostas culturais inéditas. A antropologia, no entanto, já registrou que mesmo em condições opostas, quando não ocorre o isolamento, a originalidade está presente. A proximidade entre culturas, em muitos casos, estimula o desejo de oposição entre elas e, ainda, a necessidade de marcarem suas diferenças e se distinguírem.

## DIFERENÇAS CULTURAIS

### Assimilação da cultura pelas sociedades

O que acontece se um bebê nascido na França for criado no Brasil por uma família brasileira? Certamente ele aprenderá hábitos e costumes brasileiros. Falará português como qualquer outra criança brasileira e, sem estudo prévio, será incapaz de entender ou de falar francês. Uma criança brasileira criada na França passaria por processo semelhante. A língua portuguesa e os costumes brasileiros pareceriam estranhos a ela.

Isso ocorre porque a cultura é transmitida socialmente. Desde o nascimento, a pessoa aprende regras de conduta, formas de expressão, língua adotadas no contexto em que vive. Pelo que sabemos até o presente, nenhum elemento cultural passa de uma geração a outra através de mecanismos



genéticos, biológicos. O ser humano é, assim, moldado pela sociedade e assimila sua cultura desde o nascimento.

Como resultado, a cultura de determinada sociedade se torna tão familiar aos indivíduos que fazem parte dela, que diante dos seus olhos tudo parece natural, como se fosse um desdobramento da natureza humana. Em contrapartida, a cultura de outros povos é vista com estranheza: costumes exóticos, sem sentido, absurdos ou mesmo cômicos.

Exemplos de diferenças culturais são inúmeros. É o que veremos a seguir.

### Parentesco

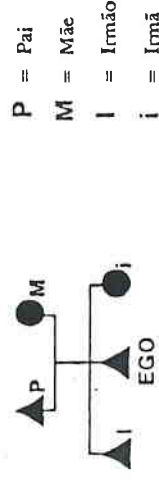
Dentro do que chamamos 'tradição ocidental' organiza-se a rede de parentesco da seguinte forma: um indivíduo chama de pai e mãe àqueles que o trouxeram ao mundo; de irmãos e irmãs, a prole do mesmo casal; tios e tias são os irmãos e irmãs do pai e da mãe; primos e primas, os filhos dos tios e tias; e avós são os pais de seus pais. Essa classificação pode se estender a demais parentes, de acordo com o grau de distância: primo de segundo grau, de

terceiro e assim por diante. Distinguímos, ainda, os parentes afins: cunhados, sogros etc.

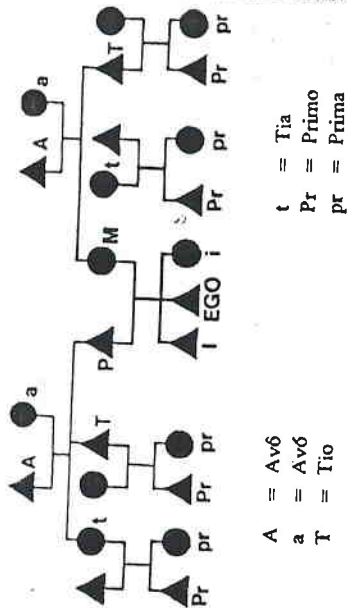
Mas nem todas as sociedades usam esse mesmo tipo de classificação. Para ilustrar, vamos citar exemplos de outras modalidades de classificação de parentes. Com o propósito de facilitar o entendimento, estabelecemos algumas convenções:

- ▲ ————— significa sexo masculino, homem
- ————— significa sexo feminino, mulher
- ▲ —————  
| —————  
● —————  
| —————  
▲ —————  
significa laço conjugal, casamento
- —————  
| —————  
● —————  
| —————  
▲ —————  
significa laço de descendência, filhos
- —————  
| —————  
● —————  
| —————  
▲ —————  
significa laço consanguíneo, irmãos e irmãs
- EGO —————  
| —————  
significa a pessoa a partir da qual se traça a rede de parentesco

Uma família brasileira, composta de pai, mãe e filhos apareceria da seguinte forma no diagrama:



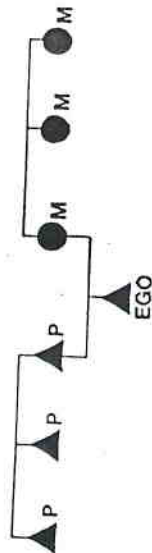
Incluindo outros parentes no diagrama teríamos:



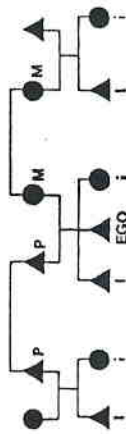
*Parentesco em sociedades indígenas*

Muitas sociedades indígenas adotam um sistema de classificação semelhante ao nosso. Outras, usam diferentes sistemas. Vejamos três exemplos.

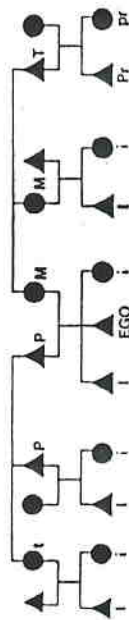
1) *Ego* usa um mesmo termo para se referir a sua mãe e às irmãs de sua mãe, e, também, um mesmo termo para se referir a seu pai e aos irmãos de seu pai:



Faz isso não porque ignora quem são seus pais biológicos, e sim porque tem em relação aos demais 'pais' e 'mães' um tipo semelhante de comportamento: afeto, respeito, familiaridade, obediência etc. Como decorrência, os filhos e filhas dos diversos pais e mães são para *Ego* seus irmãos e irmãs. Isso significa que têm fortes laços, não podem se casar entre si etc. Vejamos o diagrama:



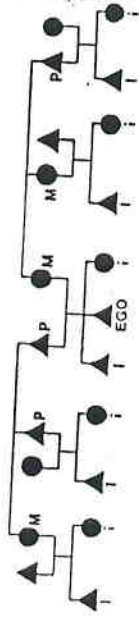
Por outro lado, os irmãos da mãe e as irmãs do pai são referidos por termos específicos - 'tios', e seus filhos são 'primos' de *Ego*:



Em várias sociedades que adotam este sistema dá-se

preferência ao casamento entre primos. No exemplo que demos, *Ego* poderia se casar com suas primas (a filha da irmã do pai e a filha do irmão da mãe). Este modelo de classificação de parentes é denominado *sistema iroquês*.

2) Algumas sociedades adotam uma classificação bastante simples para nós. É a classificação chamada *tipo havaiano*. Nela, pessoas da mesma geração são designadas por termos semelhantes:



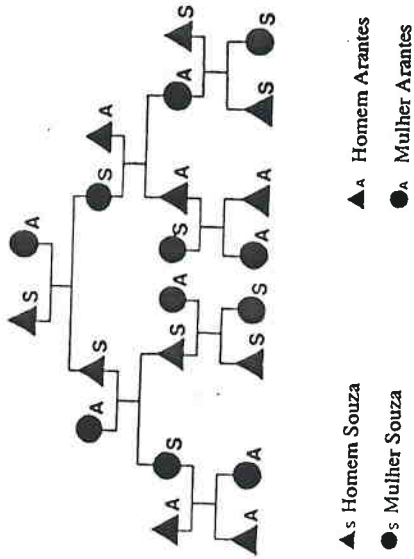
3) Porém, há sistemas mais complexos. Para entendê-los é preciso conhecer outras peculiaridades ligadas à forma de organizar o parentesco. Imaginemos uma situação na qual o sobrenome das pessoas seja transmitido apenas através da 'linha masculina'.



▲ Homem Souza  
● Mulher Souza

Vemos pelo diagrama que *Ego* transmitiu o sobrenome a todos os seus filhos e filhas. Mas somente seus filhos é que o transmitiram a seus descendentes. A prole de suas filhas receberá o sobrenome dos homens com quem casarem.

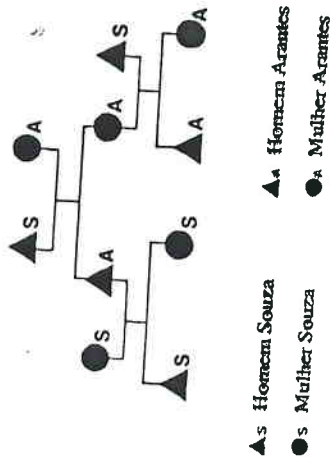
Se Souza casar-se com Arantes, a situação será a seguinte:



▲s Homem Souza  
●s Mulher Souza  
▲A Homem Arantes  
●A Mulher Arantes

Observamos que filhos e filhas recebem o nome do pai, mas somente os filhos o transmitem a sua prole. Isso significa que o nome é transmitido indefinidamente pela linha masculina. Chamamos tal transmissão de *transmissão patrilinear*. Em outras sociedades, pode ocorrer o inverso. Isto é, a transmissão do

nome se faz apenas pela linha feminina. Dizemos, então, tratar-se de *transmissão matrilinear*. Examinemos o diagrama:



Falamos de nome ou sobrenome. Mas em sociedades indígenas o que figura como 'sobrenome', isto é, o nome que identifica e distingue um grupo de parentes patrilineares (ou matrilineares) de outro, pode ser tanto um nome de planta, como de animal, ou, ainda, de um fenômeno natural. Em lugar de Souza e Arantes teríamos, por exemplo, Jacarandá, Onça, Trovão.

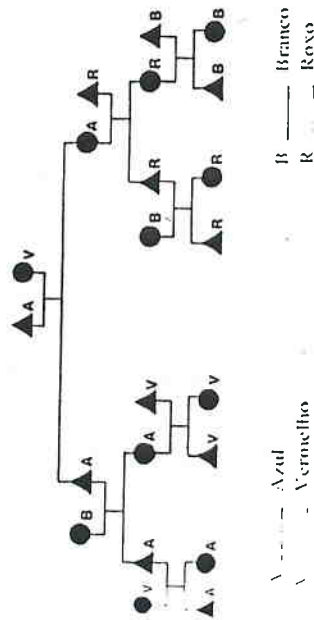
Os clãs

O grupo de pessoas que trazem o mesmo nome

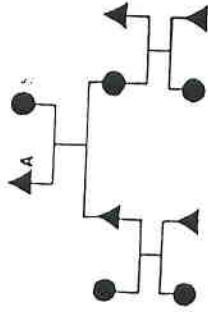
forma o que em antropologia se chama *clã*. Em sociedades que adotam essa regra, a pessoa pertence a um único clã, do nascimento à morte. Pertence-se a um clã por toda a vida.

Para que serve o clã? Geralmente através dele regulam-se os casamentos, a transmissão da propriedade, de certos bens, de conhecimentos etc.

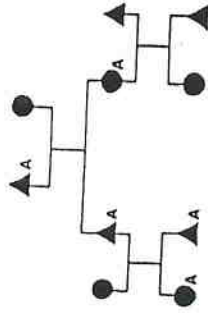
Na maioria dessas sociedades não é permitido o casamento entre pessoas do mesmo clã. Diz-se que o casamento é *exogâmico*, em oposição ao *endogâmico*, quando vigora em sociedades de casta, na qual a pessoa é obrigada a se casar com um membro da própria casta. A Índia é um exemplo desse tipo de sociedade. Exemplificando, se uma sociedade tiver quatro clãs (Azul, Vermelho, Branco e Roxo) e for patrilinear, teremos a seguinte distribuição:



Para melhor memorizar, olhe com muito cuidado o diagrama anterior e, em seguida, preencha o diagrama seguinte, colocando um A em todos os membros do clã Azul de uma sociedade patrilinear.

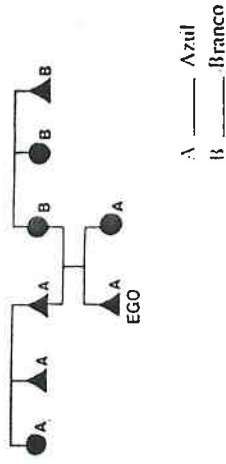


A solução correta é:

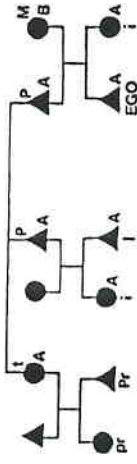


Imaginemos agora que nessa sociedade patrilinear os membros de um mesmo clã sejam unidos por fortes laços de identificação, formando um grupo unido, coeso, como se fossem irmãos e irmãs. Que *Ego*, como já foi dito, pertence a apenas um clã durante toda a sua vida. *Ego* pertence ao clã do pai, mas tem parentes no clã da mãe.

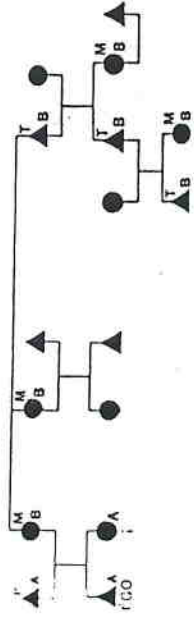
Diante dessa situação, teríamos a seguinte distribuição em um diagrama:



*Ego* designa os parentes que pertencem ao seu clã — Azul — da seguinte forma:



Porém, os parentes do clã de sua mãe — Branco — serão designados de modo diferente. Todas essas pessoas serão vistas como 'irmãos' ou 'irmãs' de sua mãe. Veja o diagrama:



Como observamos, todos os homens do mesmo clã de sua mãe serão 'tios' e todas as mulheres desse clã serão suas 'mães'. Conforme dissemos anteriormente, o irmão do pai é igualado a pai, a irmã da mãe a mãe, a irmã do pai é 'tia' e o irmão da mãe é 'tio'. Essa regra se aplica a um grande número de sociedades indígenas.

A nós pode parecer estranho designar sobrinhos e sobrinhos-netos de 'tio' e 'mãe', mas observamos que a partir de determinadas regras a classificação do parente pode ser deduzida logicamente. Quando estabelecemos que 2 *mais* 2 são 4, podemos deduzir que 4 *mais* 4 são 8. De modo semelhante, os membros de um clã são igualados a um grupo de 'irmãos' e 'irmãs', e é dessa forma que *Ego* — que pertence ao clã de seu pai — vê os parentes de sua mãe. Logicamente, os homens serão 'irmãos' da mãe (isto é, 'tios') e as mulheres serão 'irmãs' da mãe, portanto 'mães'.

Em antropologia, esse sistema patrilinear é chamado de *sistema Omaha*. Apesar da relativa dificuldade inicial para compreendê-lo, ele se torna bastante simples quando seguimos passo a passo sua construção. Ele é, também, um bom exemplo para mostrar que mesmo construções culturais complexas

são passíveis de serem analisadas e compreendidas. Se lembramos que boa parte dos preconceitos em relação às diferenças culturais surgem como resultado de incompreensões, devemos nos esforçar para evitá-las.

#### *As diversas funções do parentesco*

A imaginação e a criatividade humanas vão, como vimos, moldando a vida social, introduzindo novos símbolos ou modificando os já existentes. As classificações de parentesco que estudamos são o resultado do processo contínuo de organização e reorganização das relações entre membros de uma sociedade. É difícil precisar como nasceram essas classificações, 'quem' teve a idéia de criá-las. Sabe-se, entretanto, que ao se definirem diferentes graus de relações de parentesco, são definidos, também, responsabilidades, direitos, deveres. Têm muito a ver com a organização do trabalho, da produção; regulam a distribuição e o consumo de bens. E, ao cumprirem essas e outras funções, expressam, também, a maneira peculiar dos povos explicarem a natureza, a cultura, o Universo, através do co-

nhcimento acumulado e das fantasias que alimentam.

É relativamente simples identificar a cadeia de relações sociais organizadas pelo parentesco. A operação no trabalho, por exemplo, é definida na maioria das vezes por ele. Muitas são as tribos em que as equipes responsáveis pela derrubada da mata ou pelo plantio são formadas por irmãos - irmãos biológicos ou pessoas classificadas como tais. Cunhados podem, também, se constituir num grupo responsável pelas pescarias ou caçadas. Bastante comum é, ainda, o genro prestar serviços ao sogro. As combinações podem variar, mas a base para o recrutamento relaciona-se quase sempre com o parentesco.

Em várias sociedades caçadoras, a pessoa que abate a caça não tem acesso ao seu consumo. Cabe a ela apenas distribuir a carne entre os parentes. Algumas vezes é mesmo possível identificar uma hierarquia na distribuição: cunhados e sogros recebem as partes da caça definidas como nobres (lombo, trazeiro etc.). Os demais são contemplados com porções menos valorizadas.

Também nas trocas a classificação do parentesco está presente. Entre os Kamayurá, por exem-

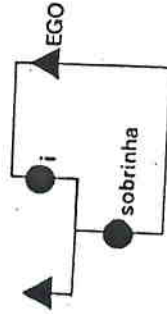
plo, irmãos não trocam nada entre si, eles se presenteiam. Quando um irmão gosta de um adorno - colar, cocar - do outro, este deve presentear-lo e jamais propor uma troca. Seria mesmo ofensivo condicionar o presente a uma futura retribuição. Evidentemente, aquele que recebe o presente procura retribuir a gentileza na primeira oportunidade. Mas não se exige a reciprocidade imediata.

O mesmo procedimento é adotado com relação aos cunhados, sogros e filhos. À medida que os laços de parentesco são mais distantes, espera-se uma retribuição mais rápida, mas ainda sem pressa, quando surgir a ocasião oportuna. Entretanto, quando se trata de pessoas não aparentadas, inicia-se de fato a troca: um cocar vale um conjunto de flechas; um arco é trocado por uma panela de determinadas dimensões etc. Nesses casos, os bens trocados são cuidadosamente avaliados, como numa transação comercial, na qual se procura equilibrar os valores.

Vê-se, assim, que o parentesco é uma classificação simbólica que ordena diversas atividades da vida social. O casamento oferece um bom exemplo disso. Na nossa sociedade é impensável o casamento entre pais e filhos ou entre irmãos. Há algumas décadas ainda era comum primos se casarem e,

em certas regiões do País, isso chegava a ser estimado. Hoje em dia, a escolha é relativamente livre, ocorrendo com mais frequência na esfera de uma mesma camada social. Casos de moças pobres que se casam com rapazes ricos causam sensação e fazem parte dos 'contos de fadas', pois o comum, o rotineiro, é o casamento entre pessoas da mesma classe.

Em sociedades tribais, a união entre primos cruzados (filhos do irmão da mãe ou da irmã do pai) é muito comum e, em certos casos, altamente recomendável. Os Cinta-Larga dão preferência ao casamento entre tio e sobrinha materna, como mostra o diagrama.

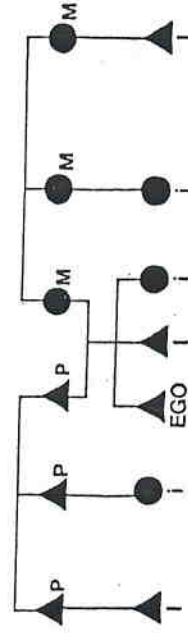


Passando-se de uma sociedade a outra, encontram-se regras as mais diversas, que ora proíbem, ora dão preferência a certas uniões.

No Brasil, leis e preceitos morais condenam o casamento entre pais e filhos e entre irmãos. Afora argumentos religiosos, alega-se, ainda, a existência

de graves perigos genéticos que cercam as uniões entre parentes consanguíneos muito próximos. Porém, os conhecimentos genéticos são relativamente recentes em nossa tradição cultural; não poderiam explicar proibições instituídas há milhares de anos. É difícil saber as razões que levaram nossos ancestrais a condenar casamentos desses tipos. É possível que o casamento fosse usado para selar alianças, e o intercâmbio de filhos e filhas oferecesse ao chefe da família maior número de aliados ou prestígio, ou, ainda, mais poder. Em tempos mais recentes, a regra passou a ser legitimada pela ciência e reforçada pelas crenças religiosas em vigor.

Em outras culturas encontra-se essa mesma proibição, mas abrangendo um maior número de parentes. Primos paralelos (filhos de irmãos do pai ou de irmãs da mãe) são classificados como irmãos e não podem contrair matrimônio. Observe o diagrama:





O círculo de proibição pode ser ainda maior, como no caso das sociedades divididas em clãs, nas quais os parceiros conjugais devem necessariamente pertencer a clãs diferentes.

Acredita-se que todas as sociedades existentes na face da Terra proibam algum tipo de casamento. Seja entre pais e filhos, entre primos paralelos, entre tios e sobrinhos e até entre amplos segmentos da população.

Mas a criatividade humana vai muito além das classificações. Um campo especialmente fascinante é o que se refere à mitologia, em que a riqueza do imaginário conjuga-se com a beleza e diversidade das formulações. Diferentemente da frieza lógica das classificações do parentesco, os relatos míticos espelham mensagens, sonhos, aspirações, nexos e propósitos da vida.

### Mitologia

Como foi criado o Mundo? Na nossa tradição, o Universo foi feito em etapas. No primeiro dia, Deus criou o céu, a luz. No segundo, as águas. Em seguida, a terra e as plantas. No quarto dia, o sol e

a lua foram colocados no Firmamento. No quinto, surgem os peixes e os pássaros. No sexto, os animais, o homem e a mulher, que deveriam povoar o Mundo.

Na mitologia greco-romana, antes existia o Caos, divindade primordial que continha o princípio de todos os seres. Caos gerou a Noite, que sozinha procriou, entre outros, o Destino, a Morte, Sono e Sonhos. Em seguida, desposou Érobo, seu irmão, filho de Caos, e com ele teve Éter e Dia.

A Terra (Gaia, em grego), nasceu depois de Caos. Do seu casamento com Urano, filho de Éter e de Dia, nasceram os deuses, os gigantes, as virtudes e os vícios.

Assim, em uma seqüência de uniões, o Universo tomou forma e nele passou a reinar Júpiter (filho de Saturno e neto de Urano), rei dos deuses e dos homens. De sua morada, o Olimpo, situada nos confins do Éter, Júpiter (Zeus, em grego), é deus, juiz e protetor.

Como a criação do Mundo, o destino depois da morte é outro tema encontrado em praticamente todas as sociedades.

Contam os Kamayurá que dois rapazes, amigos inseparáveis, combinaram que aquele que morresse primeiro viria procurar o outro. O tempo passou e,

certo dia, o grande amigo de Aravutará adoeceu e morreu. Muito triste, Aravutará começou a procurar o espírito do morto por todos os lugares onde costumava passar.

Num dia em que o sol 'apagou', eclipse, Aravutará saiu certo de encontrar o amigo morto. Ca-minhou muito e, finalmente, sentou-se. Passaram-se várias horas e ele já estava desanimado quando ouviu risos dos 'mamaé' (espíritos) que vinham se aproximando. Foram passando aos bandos, enfeitados e carregando arco e flecha. Reclamavam do cheiro de Aravutará, pois mamaé não gosta do cheiro de gente viva.

Finalmente, Aravutará avistou o amigo. Conversaram um pouco e o espírito contou-lhe que todos iam à festa dos pássaros. Festa perigosa, na qual espíritos e pássaros lutam até a morte.

Aravutará resolveu acompanhar o amigo, levando rede, arco, flecha, tuavi (esteira para guardar penas) e uma flauta de bambu (nhumiatotó). Depois de muito andarem, resolveram dormir, e como só tinham a rede de Aravutará, os dois ali se acomodaram. O espírito falou então: "Não tenha medo de mim, companheiro".

Adormeceram, e quando no meio da noite

Aravutará acordou, não encontrou o amigo. Em seu lugar havia uma cobra enrolada no canto da rede. Com medo, Aravutará virou a rede. A cobra caiu perto do fogo e logo se transformou em espírito, falando: "Eu disse pra você não ter medo de mim, companheiro".

Segundo os Kamayurá, os espíritos viram cobras para dormir, é a forma de se defenderem dos pássaros e de outros animais.

No dia seguinte, reiniciaram a caminhada. Um pouco adiante, toparam com um sapezal e todos os mamaé pararam; temiam pisar nos brotos, machucando-se e morrendo de vez. Aravutará seguiu na frente do grupo amassando os brotos com os pés. Não demorou muito e encontraram sapos. Os mamaé, novamente, estancaram de medo. Aravutará pegou um pedaço de pau e saiu à frente, matando-os. Encontraram, então, os caranguejos. Aravutará, pisando firme, matou um a um.

De susto em susto, o grupo, afinal, chegou à aldeia dos pássaros. Armados de arco e flechas, os mamaé se defendiam das violentas bicadas. Mas os pássaros eram muitos e logo foram matando os espíritos.

Aravutará e o amigo lutavam bravamente, mas

mesmo assim já estavam feridos. Passaram, então, carvão no corpo para assustar as aves. Não foi suficiente. A terrível luta prosseguia e mais espíritos morriam.

Tentando afugentar o inimigo, Aravutará começou a soltar fortes gritos. Foi aí que o amigo falou: "Toca a flauta". Aravutará começou a tocar sem parar e as aves se assustaram.

O chefe dos pássaros, vendo que muitos dos seus haviam morrido, bateu em retirada, seguido pelos tucanos, papagaios, araras e vários outros. A presença de Aravutará havia dado força de combate aos mamaé.

Terminada a luta, Aravutará juntou as penas das aves que haviam matado, guardando-as no tuuvi. Os pássaros, por sua vez, carregavam pedaços dos mamaé derrotados para o gavião comer. Era a morte definitiva dos espíritos tombados.

É esse, pois, o destino dos mortos, segundo os Kamayurá. Homens e mulheres defrontam-se com os pássaros a cada eclipse do sol. Os vencidos são devorados pelo gavião.

Os mamaé que sobreviveram, inclusive o amigo de Aravutará, deixaram a aldeia dos pássaros e sumiram na imensidão. Aravutará tomou, assim, o

caminho de sua aldeia, onde distribuiu as penas e contou o que vira.

Os Kamayurá não se cansam de advertir: os mortos devem ser enterrados com enfeites na cabeça, arco e flechas; as mulheres, com o fuso de fiar algodão. Com isso conseguem se defender dos pássaros. E mais ainda: ao ouvirem o nhumiatotó, os vivos devem gritar bem alto, para que os pássaros recuem assustados. Desse modo, pode-se ajudar os espíritos que a cada eclipse são ameaçados de acabar para sempre.

Os mamaé que sobrevivem podem desfrutar de uma existência alegre na aldeia dos mortos, onde tudo é festa e não é preciso trabalhar para comer. Baratas e outros insetos, que para nós são pragas, lá constituem um alimento saudável. São como os peixes, gostosos e abundantes.

Viver nessa aldeia, perto do horizonte, em que o sol nasce e terminam a terra, o céu, as águas, é a aspiração de todo Kamayurá.

De modo semelhante, os índios Suruí, de Rondônia, sonham morar depois da morte no Gorá-koy-ed, junto com Pálop (literalmente, 'nosso pai'), também a leste, na linha do horizonte.

A morada de Pálop é linda, de pedra brilhante.

Homens, mulheres e crianças, ao morrer, podem morar com Pálop, mas nem todos chegam lá. Os perigos são muitos.

Pálop não deixa entrar no Gorá-koy-ed os homens maus, os que em vida mataram ou namoraram parentes, roubaram, foram preguiçosos, tiveram medo ou pouca coragem. Estes ficam morando a meio caminho da estrada dos mortos, em Maram-ei Péter. Os donos dessa aldeia ruim querem impedir os outros mortos de chegarem até Pálop e tentam matá-los. Ter parentes nessa aldeia é muito perigoso: a tendência é ficar por lá, como por força de um chamado.

Quem é morto pelos habitantes dessa primeira aldeia ruim não morre efetivamente, fica ali, ou volta para a segunda aldeia dos mortos que, na verdade, é o começo da estrada.

Não só as almas malvadas oferecem perigos aos recém-mortos. Há outros muito piores, que provocam a morte definitiva.

Não há forma de escapar às muitas provas; a estrada é uma só, sem atalhos ou desvios. Começa na segunda aldeia, a dos mortos ruins, que não conseguiram ultrapassar a primeira. Evitar os horrores é impossível, a não ser para os pajés bons, os que sa-

bem curar muito. Estes conseguem voar ou passar por cima com a ajuda dos espíritos. Os pajés sem-vergonha seguem a estrada, como os demais.

Logo no início do caminho há o Manegti (Larva-Grande), um enorme bicho defecador que fica bem no alto. Em cima dos covardes, dos que têm poucos colares, poucos enfeites e plumas, dos que em vida tiveram roças pequenas, Manegti defeca muito e eles morrem efetivamente. Sobre os corajosos, os cheios de adornos e objetos, os que trabalharam bastante e tiveram roças grandes, ele defeca pouquinho, e eles conseguem passar.

Logo depois há o fogo, grande para os ruins — queima-os —, pequeno para os bons — apenas chamusca. Vem, então, a primeira aldeia dos mortos. Estes chamam, ameaçam, apontam armas, preparam a guerra. Para passar, é preciso não se deixar intimidar, ter coragem, ameaçá-los também, exibir as riquezas, o poder das armas e o vigor de guerreiro. Bem perto dessa aldeia, há os espinhos grandes, formando uma boca enorme, que se fecha triturando os infelizes. Como nos outros obstáculos, a boca de espinhos é grande para quem tem medo, pequena para os bravos. Do outro lado, há a Onça-Gigante. Perto, o Urubu, que está ali para comer os restos.

Quem escapa a tudo isso, ultrapassando a aldeia, defronta-se com Lápo-ti, a mulher imensa, de pernas abertas. Os homens ruins se perdem na grande vagina. Para os bons, Lápo-ti se encolhe, fica pequenina, fecha um pouco as pernas e eles passam. As mulheres mortas não se encontram com Lápo-ti, mas com um homem correspondente, com um pênis enorme, Ga-ti, em cima do qual se deitam e morrem. Para as mulheres boas, Ga-ti diminui o seu tamanho e elas conseguem seguir adiante.

Finalmente, na aldeia de Pálop, no Gorá-koy-ed, há ainda grandes riscos. Ixaa-ti Derê-Derê, a Pedra-Grande, balança muito e no seu balanço muitos caem e morrem. Há, também, Apée-ti, uma boca de bicho grande, que engole as pessoas. E é preciso não esquecer que nas três aldeias há Ikon, o Gavião-Real, a harpia tão assustadora, até mesmo em sua versão animal na terra.

Não é à toa que quando as pessoas morrem os parentes choram tanto imaginando o sofrimento dos entes queridos na travessia. Os pajés invocam a ajuda dos espíritos para a caminhada, mas nem sempre adianta. De todo modo, é imprescindível a contribuição dos cantos dos pajés, que já em vida visitam o reino de Pálop e conhecem o outro mundo.

É importante preparar o corpo do morto e enterrá-lo com seus pertences.

Tudo isso é a história Suruí, que os pajés recitam cantando nas festas e rituais de cura. Pela boca dos pajés falam os espíritos, advertindo os homens sobre o que vem depois da morte e ensinando muito mais. Assim, já os meninos pequenos conhecem a própria história e sabem que Pálop fez esse caminho tão complicado e perigoso para que os homens o obedeam, para que façam o que é bom e não o que é ruim, para que não matem seus parentes, não cometam incesto, não sejam covardes, não roubem, não sejam preguiçosos.

É enorme a quantidade de diferenças culturais de que se tem notícia. Os poucos exemplos que vimos apenas ilustram caminhos percorridos por alguns povos em suas criações simbólicas.

### Evolução?

Comparando o estilo de vida das sociedades é possível perceber que a quantidade e o refinamento das criações simbólicas não se distribuem de modo uniforme por todos os setores da experiência huma-

na. Há sociedades que contam com uma riqueza enorme na área científica. Outras criaram complexos sistemas religiosos, enquanto terceiros desenvolveram delicadas tramas de relações pessoais fundadas numa etiqueta de grande refinamento.

O desenvolvimento social não é de modo algum a monótona repetição de padrões preestabelecidos, e cada sociedade investe interesse e atenção a determinados aspectos da vida social em função de suas tradições e das condições históricas que cercam seu existir. Dificilmente pode-se dizer que, de modo geral, uma sociedade seja mais evoluída que outra.

Deste modo, por que quando se compara a sociedade brasileira às sociedades indígenas costumamos dizer que estas são atrasadas? Com certeza porque nossa tecnologia é mais desenvolvida em inúmeros setores. Temos máquinas mais complexas, usamos muitos tipos de energia: a vapor, elétrica, solar, nuclear. Importamos conhecimentos e desenvolvemos outros tantos. Porém, acima de tudo isso, valorizamos esse tipo de investimento social, que acreditamos ser importante. Sonhamos que, com grande conhecimento e tecnologia, chegaremos um dia a dominar a natureza.

As sociedades indígenas, por outro lado, orientam seus esforços para outros campos. Vivem do que extraem da natureza e por isso procuram não danificá-la. Poderíamos dizer que a respeitam mais. Conseguiram um equilíbrio relativo nesse seu intento e construíram uma tecnologia que, comparada com a nossa, é bastante simples.

No entanto, se a base de comparação entre nós e eles for outra, os resultados serão diferentes. Se compararmos, por exemplo, a qualidade de vida, podemos verificar que nas sociedades indígenas desfruta-se de maior abundância e igualdade. As relações pessoais são mais ricas e a violência é menor. E, desse ponto de vista, pode-se concluir que os índios são mais desenvolvidos do que nós.

Dificilmente nossa sociedade concordaria com tal conclusão, pois embora inveje a maior liberdade dos índios, valoriza o desenvolvimento tecnológico acima de tudo.

A rigor, não há nada de extraordinário nessa atitude de se valorizar a própria cultura. Como vimos, sociedades indígenas agem de modo similar, chegando a ridicularizar o estilo de vida de grupos vizinhos. Mas em nossa sociedade esse comporta-

mento tem desdobramentos e conseqüências perigosos. Enxerga-se a diferença cultural como atraso, considera-se esses povos incapazes de construir uma civilização que cultue o avanço tecnológico. Mais preocupante ainda é o poder de extermínio com que conta a sociedade industrial. Pode destruir índios e natureza num piscar de olhos: florestas centenárias são derrubadas em poucos dias, camadas geológicas são reviradas em busca de minérios, rios são poluídos. O avanço de interesses econômicos ou estratégicos nada respeita. Animais, aves e peixes tornam-se escassos ou são extintos, e nessa onda de destruição os povos indígenas são arrastados. Morrem de fome ou pela ação de doenças contagiosas, como a gripe, o sarampo, a tuberculose. Ou são varridos de suas terras pelas armas que abrem espaço a novos empreendimentos.

## SEMELHANÇAS CULTURAIS

### *As sociedades indígenas e a sociedade brasileira*

Embora cada sociedade indígena tenha peculiaridades culturais únicas, pode-se constatar que as diferenças que têm entre si são menores que a diferença que se interpõe entre elas e a sociedade brasileira. Provavelmente porque a história de seu desenvolvimento cultural constituiu-se de modo independente da chamada civilização ocidental, resultando em duas maneiras distintas de organizar a vida social, de dar sentido à existência.

É possível traçar um quadro das semelhanças básicas que tomam o universo indígena de certa forma distinto das sociedades industriais modernas. Em linhas gerais, algumas de suas características mais evidentes são: estilo de vida comunitário, relativa abundância (embora com utilização de tecnolo-

gia simples), distribuição mais equilibrada do tempo despendido entre trabalho e lazer, maior liberdade na escolha do uso do tempo, relação mais harmoniosa com a natureza de um modo geral, transmissões oral da tradição e maior igualdade social.

#### **Estilo de vida comunitário**

A primeira coisa que chama a atenção numa aldeia é a qualidade das relações que as pessoas mantêm entre si. Todos se conhecem bem e convivem num clima que para nós se assemelha ao que mantemos no interior da família. Os contatos são diretos e cordiais, ainda que regidos por normas de etiqueta, que podem variar bastante. Ajuda mútua e solidariedade fazem com que as pessoas se interessem por problemas comuns, mesmo quando os laços de parentesco são distantes. Isso não significa inexistência de conflitos entre casais, famílias, velhos e moços. Como em qualquer sociedade, ocorrem confrontos de opinião e jogos de interesse. Mas o que distingue essas sociedades é que, apesar de eventuais desavenças e além das questões pessoais, todos se acham envolvidos na defesa de sua identidade como povo e na preservação do patrimônio

cultural comum. Seria o mesmo que dizer que um projeto de vida comprometido com a manutenção da comunidade está fortemente arraigado na mentalidade desses povos, garantindo-lhes uma coesão básica. Em outros termos, os laços comunitários são suficientemente sólidos para manter a unidade das pessoas em torno de um projeto social comum.

Vamos detalhar um pouco esse estilo de vida, focalizando aspectos do processo de produção material.

#### **Abundância relativa**

Como já foi dito, cada cultura se afirma como única, como a verdadeira, a detentora dos valores mais elevados e dos melhores costumes. Entre os indígenas esse sentimento caminha junto com a vontade de defender a manutenção de um modo de vida que há muitas gerações garante a todos acesso aos bens culturais e aos recursos necessários à sobrevivência.

A antropologia destacou com acerto as condições de vida de alguns desses povos. Por longo tempo, por exemplo, acreditou-se que os caçadores



e coletores tivessem que enfrentar um trabalho árduo para assegurar sua sobrevivência. Por deterem tecnologia simples - arco, flecha, dardo, lança e outros instrumentos -, pensava-se que eles fossem obrigados a se sujeitarem a um esforço contínuo de trabalho para obter alimento: longas caminhadas, noites de vigília, cargas pesadas, ameaça constante de toda sorte, o que deveria resultar numa existência sustentada pela eterna fadiga. Eram vistos como povos pobres, extenuados pelo trabalho e sempre na iminência da fome.

Estudos posteriores partiram de uma indagação simples, mas que permitia conduzir a análise numa direção nova. Colocou-se a questão: o que é abundância? A resposta, após estudos e reflexões, revelava que a fartura pode ser alcançada por dois caminhos aparentemente opostos: a) produzindo-se muito; ou b) desejando-se pouco. Duas concepções que partiam de pontos diferentes. Para a primeira, as necessidades humanas poderiam ser definidas como ilimitadas e, como consequência, quanto maior a produção, maior a abundância. De acordo com esse raciocínio, dentre as sociedades existentes na face da Terra, seria rica aquela que detivesse um nível mais elevado de produção.

Imaginemos um pomar com duas pessoas colhendo laranjas. Quanto maior a quantidade colhida, maior a abundância alcançada. Caberia uma indagação: com quantas laranjas cada pessoa se satisfaz? Se uma delas tivesse menor necessidade do que a outra, um menor número de laranjas lhe seria suficiente. Desse modo, seria possível dizer que a fartura alcançada poderia ser a mesma, ainda que a quantidade de laranjas fosse diferente.

Foi um raciocínio assemelhado, aplicado não a pessoas, mas a sociedades, que recolocou a questão em outros termos. A abundância pode existir tanto em sociedades que produzem muito quanto naquelas em que se deseja pouco. A quantidade produzida não pode, por si só, definir a qualidade de vida em sociedades portadoras de culturas diversas. Este não é um indicador seguro que possa ser usado indistintamente em avaliações interculturais.

Os estudos sobre caçadores e coletores, depois da colocação dessas questões, trouxeram resultados inesperados. Pois, em que pese as limitações a que se sujeitam em várias ocasiões, eles não poderiam ser descritos como 'pobres'. Constatou-se, por exemplo, que suas vidas eram conduzidas dentro de padrões bastante sóbrios, isto é, que possuíam

pequena quantidade de bens. Se um grupo saía para uma expedição de caça ou coleta, carregava com facilidade todos os seus pertences. Esses pertences quase sempre se limitavam às armas, redes de dormir e cestos com objetos pequenos. Interessante é que uma quantidade maior de objetos tornaria desconfortável, senão impossível, sua rotina de caça e coleta. Seria difícil conciliar longas caminhadas com cargas pesadas, ou, ainda, pouco prático deixar uma quantidade de bens guardada em uma aldeia, quando esses homens passam a maior parte do tempo em acampamentos provisórios, próximos às áreas de caça e coleta. Aprendeu-se, assim, que a sobriedade material é um dado positivo no âmbito dessas sociedades.

#### **Trabalho, descanso e lazer**

Outro aspecto interessante das sociedades indígenas refere-se ao trabalho. Pesquisas realizadas em diversas partes do mundo indígena revelaram que o tempo médio dedicado à obtenção e preparo dos alimentos é surpreendentemente baixo. Poucas horas diárias são gastas para assegurar alimentação

equilibrada em jornadas intercaladas de tempo livre e lazer. Entre os Cinta-Larga boa parte do tempo é despendido em conversas, banhos de rio, passeios, e várias horas são, ainda, reservadas para o descanso. No retorno da caça ou da pesca, e também quando o sol está muito quente, fica-se na rede dormindo durante uma ou duas horas, ou simplesmente se balançando. Os períodos de atividade produtiva são sempre entremeados por repouso, brincadeiras ou mexericos. Perambula-se de um lado para o outro, observando a natureza sem aparentar preocupação com a obtenção regular de comida ou com o armazenamento de reservas. Quanto maior o produto da caça, da coleta ou da pesca maior é o consumo e a redistribuição. Consome-se integralmente o alimento, como se sua obtenção estivesse sempre assegurada. Nos intervalos, novos períodos de descanso.

Entre os Kamayurá trabalha-se na roça durante parte da manhã, das 6:00 às 10:30h, aproximadamente. Com esse tempo de trabalho as famílias asseguram seu sustento e armazenam alimento para o consumo durante o período das chuvas. Várias manhãs são reservadas para outros serviços, já que o trabalho da obtenção de alimentos não ocupa todo o tempo dos habitantes das aldeias. Considerando-se

que a mulher não participa dessas tarefas de roça durante a menstruação – cinco dias por mês, em média –, que pode não haver canoa disponível nos dias dedicados à pesca – isso ocorre, em média, um dia por semana – e que eventualmente aconteçam doenças, cansaço ou outros imprevistos, o trabalho na roça exige do grupo uma média máxima de 130 horas por mês, ou seja, 26 horas semanais. Essa é a situação que ocorre durante a estação seca, época em que o trabalho na agricultura é mais intenso e contínuo.

Evidentemente, o tempo de trabalho varia quando se passa de uma sociedade indígena a outra, em função do tipo de atividade, formas de cooperação e divisão de tarefas. No entanto, não se tem notícias de trabalho extenuante e sem intervalos em sociedades tribais.

Vejamos uma descrição transcrita de 'Os Cinta Larga', de Carmen Junqueira [*Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, Departamento de Ciências Sociais, Separata dos volumes 27-28, pp. 218-219, 1984-1985], do ritmo de vida dos Cinta-Larga, de Mato Grosso, para quem a caça e a coleta ocupam lugar de destaque.

Parte-se pela manhã. Em fila indiana, sem

muita conversa, observa-se a situação desse enorme arsenal de matéria-prima que é a mata. Os homens à frente, em marcha mais acelerada que a das mulheres, vez por outra desaparecem por entre as árvores. Correm velozmente ao primeiro indício de caça à vista: um pio, um chiado, um movimento são os sinais, imperceptíveis aos sentidos não treinados. Mulheres e crianças não se detêm. À medida que penetram mais fundo no mato, passam a deixar pequenos vestígios de sua passagem: uma folha dobrada, um ramo quebrado, que na imensidão do verde, folhas e ramos não se confundem com as marcas deixadas por outros. Pelo caminho, a cada instante, enfrentam-se obstáculos diversos. Ora são os igarapés a serem transpostos. Se a água é volumosa, improvisa-se uma ponte com um tronco de árvore. Mais adiante, pode-se deparar com o chão forrado de formigas. É hora de correr com todas as forças para cruzar a perigosa coluna.

E assim prossegue a caminhada, em meio a brincadeiras e pequenos sustos, até que se resolve parar. Senta-se para uma conversa animada, cada um se servindo das castanhas que se espalham pelo chão. Algum tempo passa até que os homens se juntam ao grupo, trazendo notícias do que viram ou caçam. Mais conversas e mais castanhas. A andança recomeça e até que se chegue ao local previsto são várias as paradas diante das fruteiras.

Se o objetivo é a coleta de mel, acampam-se nas proximidades da árvore a ser derrubada. Duas ou mais horas se passam até que tenham concluído o trabalho, fartado-se de mel e enchido os vasilhames que serão levados para a aldeia. Nesse espaço de tempo, as crianças não param de brincar. Um ou outro sai à procura de bambu e volta com uma pequena flauta, que passa de mão em mão. Se o som é apreciado, logo se inicia uma sessão de música. Os homens interrompem o trabalho para também participar. Quando, finalmente, tem início a retirada do mel, todos se aproximam para receber sua parte. O idealizador da viagem é quem distribui o que foi coletado.

O retorno se dá no mesmo ritmo. Apenas as frutas e os eventuais obstáculos é que podem variar. Recolhe-se o que foi localizado na ida: castanhas, o que sobrou das fruteiras, madeira para ponta de flecha, a caça abatida e tudo o mais que tenha utilidade no momento. Cada mulher carrega o produto que vai para sua casa. Os homens, as armas. Um passeio desse tipo pode durar 10, 12 horas ou mesmo mais. Passeios semelhantes são feitos para coletar castanha; outros, mais longos, visam os poções piscosos, a reserva de taquara para flecha. Dependendo da distância, leva-se inclusive algum alimento. Mas, quando a expedição se prolonga por alguns dias ou meses, as mulheres levam consigo um volume de coisas

de que podem dar conta de carregar sozinhas. E essa carga, geralmente, reúne quase tudo o que a família tem.

Certos passeios são esticados até uma aldeia amiga, um vilarejo ou acampamento. Quem sai dificilmente diz quando volta. Fica-se alheio ao tempo. Se descem o rio de canoa, podem voltar a pé: livram-se do esforço de atravessar as corredeiras rio acima, abandonando a embarcação. O regresso mais demorado lhes é indiferente, posto que a viagem é mais importante que a data do retorno.

Caça, pesca, coleta e consumo combinam-se durante essas expedições em arranjos e proporções variados, de acordo com a necessidade, o desejo e a oportunidade. Não há descontinuidade significativa na passagem de uma atividade para outra. Os eventos se sucedem entrelaçados de tal forma que, por exemplo, a caça que não se deixou abater ou o fruto que não se consumiu por estar verde não condenam a expedição ao fracasso, mas se incorporam ao conjunto de acontecimentos que movimentaram a jornada. Essa característica marcante da comunidade Cinta Larga dificulta, de certa forma, a apreciação de cada atividade isoladamente, pois é dentro do contexto mais amplo da expedição que os acontecimentos ganham significado profundo.

A tecnologia usada é simples, mas nem por isso o grupo está condenado a sobreviver

sujeito a um trabalho extenuante e contínuo. O esforço gasto para vencer distâncias, obstáculos da mata e do rio é atenuado pela liberdade de usar e dividir o tempo de acordo com a conveniência do grupo.

Qual será a reação das pessoas diante do ritmo de vida Cinta-Larga? Quando alguém entra em contato com costumes diferentes, que não consegue compreender, sua primeira reação é fazer comparações, tomar por base a própria cultura, numa tentativa de organizar a informação a partir daquilo que conhece.

O resultado, geralmente, é desastroso, pois constata-se a diferença por meio de contrastes, tirando-se muitas vezes conclusões preconceituosas, pobres e equivocadas. Quantas vezes já se ouviu frases deste tipo: 'Nós produzimos enorme quantidade e variedade de mercadorias e os índios produzem quase nada; vivemos num ritmo de trabalho intenso, enquanto eles praticamente não trabalham. São preguiçosos...'

Fazer isso é o mesmo que, por exemplo, comparar duas frases, uma escrita em português e a outra em língua estrangeira, transmitida através do alfabeto Morse. Duas mensagens com o propósito de

comunicar, mas que não podem ser compreendidas por via da comparação, sob pena de conduzir a resultados grotescos: 'eles ignoram a escrita e se contentam em desenhar pontinhos e traços que não querem dizer nada...'

Em um caso como esse, o observador teria que trabalhar em outra direção para conseguir se livrar da armadilha que imobilizou sua reflexão. Teria que tomar conhecimento do código Morse e do significado das palavras estrangeiras para, então, ter acesso à mensagem.

Coisa similar ocorre quando se quer conhecer uma cultura indígena. É preciso dominar o código através do qual ela se expressa — no caso, seus costumes, regras, valores, sentimentos e propósitos —, para dessa maneira se ter acesso a essa modalidade original e diferente de construir a existência e compreendê-la. Ao observar o ritmo de vida Cinta-Larga ou Kamayurá, nada nos autoriza a defini-la como indolente ou improdutivo. Ela é apenas parte de um todo cultural que esses indígenas adotaram e desenvolveram.

Estamos, pois, diante de sociedades que definem suas prioridades de maneira distinta da nossa, onde as tarefas de produção são conduzidas num

ritmo que se harmoniza com outros valores sociais. Não se cogita fazer do trabalho uma atividade cada vez mais intensa para com isso se obter quantidade crescente de bens. A lógica do nosso próprio sistema, decididamente, não se aplica ao seu modo de vida.

Sem muito exagero, pode-se dizer que o sentido da vida comunitária reside em larga medida na realização regular das festas e cerimônias, nos contatos com amigos, visitas a parentes, em formas variadas de lazer e de manifestação artística. O trabalho propriamente dito fica, desta forma, circunscrito à função de prover a subsistência e à obtenção de outros recursos para que esse objetivo central seja assegurado. Trabalha-se o tempo necessário para se alcançar uma abundância relativa, culturalmente já definida.

Para construir esse modo de existência, essas sociedades tiveram que desenvolver muitas habilidades e talvez tenham levado milhares de anos para conquistar o domínio de técnicas, para conhecer as propriedades dos recursos naturais, os hábitos das espécies, para experimentar formas de organizar o trabalho e o ritmo da vida social.

### A tradição oral

Um traço marcante e fascinante do modo de vida dessas sociedades é a forma que encontraram para transmitir o conhecimento. Estabelece-se a comunicação através de diversos tipos de linguagem. Ao lado da principal delas, que é a língua falada, fazem uso de expressões corporais, desenhos, música e uma série de outros recursos nem sempre fáceis de serem percebidos por um estranho. Não desenvolveram, entretanto, um código de linguagem escrita. O saber é transmitido de uma geração à outra basicamente pela comunicação oral, através da fala, e na prática diária do fazer e observar.

A tradição oral imprime características significativas nessas sociedades. Uma delas é o desenvolvimento da atenção, do hábito de observar, não apenas o trabalho dos outros, mas os detalhes da natureza, seus ciclos e o comportamento das espécies animais e vegetais. Uma criança, mesmo antes de alcançar a puberdade, já é capaz de nomear as qualidades de diversas plantas, os costumes de muitos animais, podendo até decifrar sinais da natureza, tais como a chegada do frio, das tempestades e das secas. É um aprendizado gradual que exige o

aprimoramento dos sentidos, do saber ouvir, enxergar, sentir. Observa-se muito e pergunta-se pouco.

Como a história da sociedade não está registrada em livros, seu aprendizado é feito através dos relatos, das histórias, da lembrança de eventos. Muitos documentos dessa história, ou os seus marcos, distribuem-se pela região: um morro, uma curva do rio, um areial, uma velha árvore, uma pedra de grandes proporções podem ser o elo com o passado, o local que abrigou outrora momentos importantes da história.

A natureza fica, assim, impregnada de sinais e símbolos, oferecendo à sociedade um registro de muitas memórias.

Esse encontro direto com o passado é possível por força da tradição oral e pela preservação do território habitado pelos indígenas.

Outra característica importante da oralidade é a força que tem de aproximar as gerações. É na memória dos velhos que se encontra a grande riqueza de dados e explicações sobre a origem e o sentido da existência. Os Kamayurá costumam repetir: "História serve para que se conheça como se fazem as coisas, para não esquecer o antigo, enfim, para não acabar."

Alguns grupos, de algumas sociedades indígenas, reservam as primeiras horas do anoitecer para uma audição de mitos. Quando na casa todos estão recolhidos, e antes que adormeçam, uma ou outra pessoa mais velha passa a contar histórias de outros tempos. O tema pode variar. Tanto pode se referir ao ato da criação do homem, do mundo, dos animais, como a aventuras de heróis e seres sobrenaturais. Uma outra característica notável dessas sessões é o interesse e a atenção dos ouvintes, mesmo quando o conteúdo do relato já é bastante conhecido. É bem verdade que o contador geralmente dramatiza a exposição, reproduzindo sons da natureza — o trovão, a chuva, o vento — e anima o diálogo dos bichos com voz peculiar, conferindo a cada evento ou personagem uma marca distintiva. Gestos, assobios, pausas, ajudam ainda a recriar uma atmosfera alegre ou amedrontadora, cômica ou triste, enfim, a que mais convenha a cada passagem. É um teatro em que um só artista desempenha todos os papéis, além de cuidar dos efeitos especiais.

Em outras ocasiões, a transmissão de regras, aconselhamentos, réprimendas, relatos históricos são feitos de modo mais direto e discursivo. Essas e outras mensagens, tanto afetivas como artísticas,

técnicas ou religiosas podem ser transmitidas em meio à rotina doméstica ou em celebrações especiais. O importante é que através de várias maneiras passa-se às novas gerações as tradições que devem orientar o viver. Por meio da repetição essas informações se fixam na memória, memória que mantém a coesão do grupo.

O esquecimento é, assim, similar à morte, e na memória se localiza o segredo da imortalidade do povo. Ao perpetuar as lembranças, a memória mantém a união do grupo. As histórias são contadas e ouvidas enquanto, por sua vez, a natureza fornece as marcas para o registro.

Esses dados ajudam a compreender a relação estreita dos indígenas com a sua terra. É dela que dependem para sobreviver e se perpetuar.

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

### O contato com a sociedade nacional

É possível constatar no Brasil, quando se vai de uma região a outra, uma relativa diversidade cultural. No Sul, por exemplo, onde se concentram descendentes de imigrantes, ainda hoje, segmentos da população preservam costumes característicos de seus países de origem: Itália, Japão, Alemanha, Polónia e outros. Ao lado da língua, muitas tradições são igualmente conservadas e se mesclam com o que se costuma chamar de 'cultura nacional'. O mesmo acontece em outros lugares, como no Nordeste, onde elementos culturais africanos, indígenas e europeus associam-se em formas combinadas na religião, na arte, no saber e em muitas outras esferas da vida social. Mesmo onde se espera encontrar uma relativa homogeneidade, como nos grandes centros, diferenças de classes fazem com que estilo



índios. Ao lado dessa desastrosa simplificação, outras tolices costumavam ser repetidas: 'eles não têm governo', 'não creem em Deus', 'não têm escrita' e muitos outros 'não'. Eram mostrados como sendo o avesso do que somos, criaturas atrasadas, deformadas ou simplesmente atrasadas. Mesmo hoje se encontra sinais dessa visão preconceituosa em manuais escolares que repetem informações incorretas e pouco sérias.

A realidade indígena, porém, é bem outra. Mais de duzentas sociedades, com rica diversidade cultural, são nossas contemporâneas. Sabe-se, por exemplo, que existem aproximadamente 170 línguas diferentes, o que faz com que grupos que às vezes vivem em regiões próximas, sejam levados a se comunicar numa língua comum, geralmente o português, para poderem se entender.

A diversidade cultural atinge, igualmente, outros campos, desde a forma de organizar a vida social até modalidades de expressão artística, religiosa, transmissão de conhecimento etc. É tal a variedade de costumes, regras, convenções, que se torna difícil enumerá-los.

Passando de uma sociedade a outra, faz-se muitas vezes uma viagem a mundos tão diversos

e qualidade de vida sejam marcados por contrastes mais ou menos profundos.

Outrora, todo esse imenso território, que hoje denominamos Brasil, abrigava povos que durante milhares de anos desenvolveram rica diversidade cultural. Seus herdeiros ainda são encontrados, tanto no litoral como no interior, em florestas e sertões, em vilas e cidades. Alguns vivem em relativo isolamento, outros mantêm contato com a sociedade nacional. Muitos desapareceram deixando marcas de sua existência na população e na cultura de algumas regiões. Costuma-se chamá-los 'índios', como se fossem um povo único e indiferenciado. São, entretanto, grupos étnicos diferentes, com cultura própria; donos de tradições, costumes, língua e história distintos.

#### **A diversidade interna**

Até há pouco tempo era comum se ouvir falar que os indígenas do Brasil podiam ser divididos em duas grandes categorias: os 'Tupã', antigos habitantes do litoral, e os 'Tapúya', do interior, do sertão. Esse erro mostra não apenas uma visão deformada da realidade, como falta de interesse, descaso, pelos

como se fôssemos do Brasil para a Alemanha ou Japão. Não se trata, portanto, de 'Tupf' ou 'Tapúya', mas de um conjunto de pequenas sociedades com uma experiência de vida própria, expressa em culturas regionais. Na 'Bibliografia Comentada' indicamos alguns textos que ilustram bem algumas dessas diferenças culturais.

#### A diversidade lingüística

Como já vimos, a diversidade está presente também nas várias línguas dos povos indígenas. Paralisa-se ter uma idéia mais clara dessa diversidade, analisemos algumas palavras soltas: enquanto um Cinta-Larga, de Rondônia, usa o termo *pi* para designar o que chamamos de 'pé', um Karajá, da Ilha do Bananal, usa *waa*, um Yanomámi, de Roraima, *mamiky* e um Kadiwéu, de Mato Grosso do Sul, *gonagi*. Além das diferenças no vocabulário, todas essas línguas possuem regras gramaticais e demais características próprias.

Muitas delas apresentam elementos semelhantes, o que pode significar origem comum, formando conjuntos mais ou menos homogêneos, chamados

'famílias lingüísticas'. Na organização desses conjuntos, usa-se o mesmo procedimento adotado na classificação do português, francês, espanhol, italiano, rumeno e outras, como línguas românicas, que constituem uma 'família' derivada do latim. No caso indígena, nem sempre é possível determinar a língua ancestral, devido à ausência de registros, mas as semelhanças que têm entre si apontam para uma mesma origem.

Há, também, outras línguas que apresentam características únicas, isto é, que não revelam semelhança com nenhuma outra. São aquelas denominadas 'línguas isoladas'.

A relação seguinte, organizada pelo linguista Aryon Rodrigues, apresenta as 'famílias' e o número aproximado de línguas que compõem cada uma delas.

FAMÍLIA NºDELÍNGUAS FAMÍLIA NºDELÍNGUAS

Tupí-Guaraní	21	Karajá	3
Arikém	1	Maxakalí	3
Jurúna	1	Outras línguas	4
Mondé	7	Karib	21
Mundurukú	2	Aruák	17
Ramarána	2	Arawá	7
Tuparí	3	Guaikurú	1
Awetí	1	Nambikwára	3
Puruborá	1	Txapabóira	3
Mawé	1	Páno	13
Boróro	2	Múra	2
Botocudo	1	Kanákina	4
Jê	6	Tukáno	12
Kayapó	9	Makú	6
Kreen-akaróre	1	Yanománi	4
Suyá	1	Línguas isoladas	10
Timbira	8		

Obs.: Os especialistas convencionaram que os nomes de povos e línguas indígenas são sempre usados no singular e não variam em gênero (por exemplo: homem Kayapó, homens Kayapó, mulher Kayapó, mulheres Kayapó).

O universo lingüístico indígena poderia ser comparado a um rico mosaico no qual cores se distribuem, ora formando conjuntos assemelhados em torno de tonalidades levemente diversas, ora agrupando cores contrastantes. Povos com línguas aparentadas podem apresentar um quadro cultural bastante homogêneo, como se fossem, por exemplo, diversas tonalidades do azul. Mas é comum, também, encontrar povos que falam línguas diferentes compartilhando um estilo de vida muito parecido. Isso ocorre porque são muitos os fatores que comandam a dinâmica de cada uma dessas sociedades, como foi apontado anteriormente. Somente estudos aprofundados podem determinar as possíveis causas da diversidade ou semelhança e, mesmo assim, de modo apenas aproximativo, já que o pesquisador trabalha com o resultado de um processo iniciado há centenas, ou mesmo milhares, de anos.

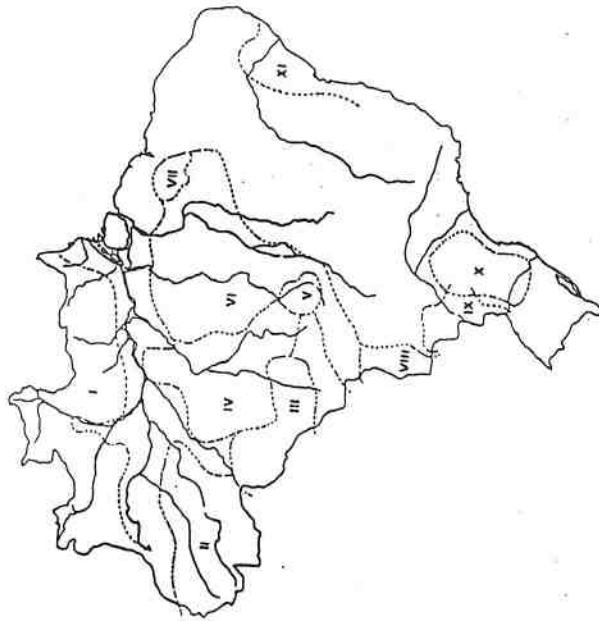
### As áreas culturais

O quadro a seguir mostra a distribuição da população indígena no Brasil, com base numa estimativa elaborada pelo Conselho Indigenista Missionário.

rio (CIMI). As dez divisões apresentadas, denominadas 'Áreas Culturais', reúnem grupos que compartilham, em maior ou menor grau, de elementos culturais semelhantes. Em algumas delas, como por exemplo Alto Xingu, a uniformidade é marcada, apesar das diferenças lingüísticas das várias sociedades que vivem ali. Outras são mais heterogêneas e contam inclusive com a presença de grupos desconhecidos, como em Jurua e Purus. O quadro é, portanto, apenas indicativo, e seu objetivo é ordenar dados de regiões mais conhecidas, mesmo que incorporando outras sobre as quais as informações são precárias. Mas, de qualquer forma, oferece uma visão global bastante boa.

ÁREA CULTURAL	POPULAÇÃO INDÍGENA
	Subtotal
I - Norte-amazônica	Total
Guiana Brasileira	49.485
Yanomâni	26.783
Rio Negro	8.400
II - Solimões-Jurua-Purus	14.302
Solimões	21.486
Jurua	6.842
Purus	3.767
III - Guaporá	
IV - Tapajós-Madeira	6.111
V - Alto Xingu	9.564
VI - Tocantins-Xingu	2.533
VII - Pindaré-Gurupi	12.898
VIII - Leste-Nordeste	6.616
IX - Paraguai-Paraná	30.953
X - Tietê-Uruguaí	19.974
	15.256
	TOTAL GERAL 185.485

MAPA DAS ÁREAS CULTURAIS



- Áreas Culturais**
- I - Norte-amazônica
  - II - Solimões-Juruá-Purus
  - III - Guaporá
  - IV - Tapajós-Madeira
  - V - Alto Xingu
  - VI - Tocantins-Xingu
  - VII - Pindaré-Gurupi
  - VIII - Leste-Nordeste
  - IX - Paraguai-Paraná
  - X - Tietê-Uruguaí

Fonte: Eduardo Galvão, *Índios e brancos no Brasil, encontro de sociedades*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

### A classificação dos grupos e o contato com a sociedade dominante

Em função da área que ocupam, do ritmo de expansão da sociedade nacional e das pressões a que são submetidos, os cerca de 190 grupos indígenas do Brasil experimentam condições de existência diversas, que resultam na maior ou menor conservação de sua autonomia cultural.

Numa visão geral, pode-se dizer que os duzentos ou 220 mil indígenas do Brasil atual podem ser classificados de acordo com a intensidade do contato que são obrigados a manter com a sociedade dominante. É possível dividi-los em três grupos, como veremos a seguir.

1) *Grupos autônomos ou isolados.* Ocupam zonas não alcançadas pela fronteira econômica e mantêm pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional. Seu modo de vida tradicional é, por isso mesmo, bastante preservado, embora vivam sob a ameaça constante do avanço sobre suas terras. É difícil calcular seu número que, todavia, não deve exceder a algumas dezenas de grupos espalhados por áreas poucos conhecidas da Floresta Amazônica e fronteiras do norte do País.

2) *Grupos com contato esporádico.* Vivem em regiões já expostas à ocupação e mantêm relações com a economia de mercado, em maior ou menor grau. Perderam parte da autonomia original e já alimentam necessidades cuja satisfação só é possível através dessas relações externas. Passaram, por exemplo, a utilizar instrumentos de trabalho que não têm condições de produzir, tais como machados de ferro, anzóis de metal, fios de náilon para pesca e outros. Na maioria dos casos, entraram em contato com doenças que desconheciam, como gripe, tuberculose, sarampo, necessitando, conseqüentemente, de assistência médica.

3) *Grupos com contato regular.* Dependem substancialmente de produtos externos – sal, pano, além dos artigos de metal. Perderam parte considerável da autonomia cultural por força das pressões a que foram submetidos. Sabem se expressar em português, embora conservem sua própria língua. Quando o contato é intenso e continuado, cresce a ameaça de terem sua economia desorganizada, o que leva muitos dos seus membros a trabalharem como assalariados rurais. Em situações de grande pressão, como as que ocasionam perda do território ou de parte da população devido a doenças, muitos

2) *Grupos com contato esporádico.* Vivem em regiões já expostas à ocupação e mantêm relações com a economia de mercado, em maior ou menor grau. Perderam parte da autonomia original e já alimentam necessidades cuja satisfação só é possível através dessas relações externas. Passaram, por exemplo, a utilizar instrumentos de trabalho que não têm condições de produzir, tais como machados de ferro, anzóis de metal, fios de náilon para pesca e outros. Na maioria dos casos, entraram em contato com doenças que desconheciam, como gripe, tuberculose, sarampo, necessitando, conseqüentemente, de assistência médica.

3) *Grupos com contato regular.* Dependem substancialmente de produtos externos - sal, pano, além dos artigos de metal. Perderam parte considerável da autonomia cultural por força das pressões a que foram submetidos. Sabem se expressar em português, embora conservem sua própria língua. Quando o contato é intenso e continuado, cresce a ameaça de terem sua economia desorganizada, o que leva muitos dos seus membros a trabalharem como assalariados rurais. Em situações de grande pressão, como as que ocasionam perda do território ou de parte da população devido a doenças, muitos

grupos se desestruturam. Nesses casos, as poucas famílias restantes passam a sobreviver em condição de extrema penúria nos estratos mais baixos da sociedade nacional. Guardam, entretanto, a convicção de serem indígenas, distinguindo-se da população regional. Em condições favoráveis, essas famílias podem novamente se reunir e recompor sua vida comunitária em torno do que sobrou de suas práticas culturais tradicionais, mesmo que pouco ou quase nada tenha restado.

Essa classificação, segundo a intensidade do contato, mostra como os movimentos de expansão da sociedade brasileira interferem de perto na vida indígena, por força do potencial destrutivo que carregam. A abertura de estradas, a implantação de hidrelétricas que acompanham a descoberta de riquezas de interesse econômico em áreas até então inexploradas acarretam perturbações ecológicas em conseqüência de desflorestamentos, extinção de espécies da flora e da fauna, poluição ambiental; causam, também, a disseminação de doenças e originam a invasão de territórios e enfrentamento com as populações indígenas. Detona-se, assim, uma corrente

de desastres e crimes ameaçando e inviabilizando a manutenção do modo de vida tradicional.

É por isso que as sociedades indígenas mais preservadas são aquelas localizadas relativamente à margem desses movimentos. Mas, quando atingidas, suas opções são limitadas: podem deslocar-se para regiões mais isoladas, correndo o risco de afundarem outras populações indígenas, tornando-se elas mesmas invasoras da terra de outros, ou tentar reorganizar seu modo de vida adaptando-se às novas condições ambientais. Isso não sendo possível, só lhes resta permanecer, estruturar sua defesa e resistir. Mas a desigualdade de forças faz com que suas possibilidades de sucesso sejam escassas. E aos contatos iniciais, amistosos ou hostis, segue-se um processo continuado de deterioração, com o aumento da dependência externa, privações crescentes, perda das terras e possível desorganização comunitária.

### Um olhar sobre o passado

Como entender as razões que levaram e ainda hoje levam a sociedade brasileira a agredir com ta-

manha violência os povos indígenas? Como e quando tudo começou?

Pela carta que Pero Vaz de Caminha mandou a d. Manuel sabe-se que poucos dias após o desembarque em terra deu-se o primeiro encontro com índios. As relações foram cordiais, cercadas de troca de presentes e amabilidades.

Esta terra era habitada, mas por pessoas de costumes diferentes. A nudez, as plumas, as festas testemunhavam a grande distância que separava as duas formas de civilização. Duas culturas distintas; dois modos de entender a vida se encontravam. Hávia, é claro, muita coisa comum entre ambas; como os europeus, esses povos tinham família, produção econômica, sistemas de trocas, mitos, cerimônias, manifestações artísticas e outras semelhanças. Mas o conteúdo das relações era diferente, envolvido em símbolos formulados ao longo de uma tradição diversa.

Esse encontro com o 'outro' impressionou os navegantes, mas não foi suficiente para anular a carga de preconceitos que pesava sobre os europeus. Terminada a novidade daquilo que lhes parecia exótico, a diferença cultural passou a ser vista como pecado, atraso, humanização incompleta. Em

poucas décadas foram os índios igualados às feras: deviam ser afastados, mortos ou domesticados. Decretou-se serem eles inimigos da Coroa, de Deus e da colonização.

Até hoje, continua-se a dizer que o Brasil foi descoberto em 1500. O que é descobrir? É "Encontrar pela primeira vez", diz o dicionário. Mas, então, foram os índios quem descobriram o Brasil. Pois seus ancestrais, possivelmente de origem asiática, atravessaram o estreito de Behring há cerca de trinta mil anos, povoando o continente. Do Alasca à Patagônia, levadas de migrantes ocuparam a terra guiadas por suas tradições e propósitos.

Nesses milhares de anos as culturas se diversificaram, algumas desapareceram, outras nasceram, e os índios que Cabral encontrou no litoral eram descendentes dos descobridores da terra.

Sem medo de errar, pode-se dizer que o Brasil foi *invadido* e, por força das armas, o conquistador impôs seu poder. Tomou posse da terra e de seus habitantes. A partir de 1531, tem início a escravização indígena.

O domínio europeu no Novo Mundo se estabeleceu pelas guerras, pela evangelização e destruição de muitas sociedades. Estabeleceu-se através da

agressão pelas armas, agressão espiritual, disseminação da fome e das doenças.

As sociedades indígenas resistiram de formas diversas. Algumas procuraram expulsar o invasor por meio de lutas armadas. Mas a desproporção de força não lhes permitia vitórias duradouras. Outras resistiram caladamente, como escravos ou 'aliados' do conquistador. Foram tão dizimadas quanto as primeiras. Doenças letais, trabalhos forçados, fome, desorganização tribal conduziram esses grupos ao extermínio. Finalmente, várias tribos simplesmente 'bateram em retirada', refugiando-se em locais distantes, procurando escapar ao cerco. Muitas foram encontradas pelas 'Entradas' e 'Bandeiras' e aniquiladas. A caçada continua ainda hoje, e não raro se lê nos jornais notícias da 'descoberta' de grupos indígenas que vivem em terras destinadas à construção de estradas e hidrelétricas, ou à implantação de mineração ou projetos de colonização.

## O Índio e a lei

Desde o século XVI, os índios e suas terras foram considerados como coisa apreendida, coisa



conquistada. A partir daí, os brancos passaram a legislar sobre eles, estabelecendo leis sobre o uso da força, a escravização ou a guerra a tribos indígenas como forma de atender a interesses mercantis e facilitar a administração colonial.

O processo de dominação persiste em nossos dias, embora com nova formulação. Não mais se prega abertamente o extermínio ou a imposição do trabalho servil. Mas permanece a visão do índio como um ser incompleto, atrasado e incapaz, o que justifica o controle que o Estado impõe a sua vida e a seu destino.

O Código Penal brasileiro declara que os índios são 'relativamente' capazes, da mesma forma que os brasileiros maiores de 16 e menores de 21 anos. Devem, portanto, ser assistidos em certos atos. No Direito Nacional, o Instituto da Tutela visa o benefício daquele que, embora tenha direitos, não tem condições para exercitá-los. Sua finalidade seria, assim, a de garantir ao tutelado esses direitos. No caso indígena, podemos dar os seguintes exemplos: se um índio firma um contrato de trabalho com alguém e esse contrato o prejudica, o tutor (neste particular, a Funai) intervém e cancela-o. Ou ainda: se uma comunidade é lesada num acordo qualquer

com não-índios, o ato é passível de ser anulado por força da tutela.

Mas na prática isso nem sempre acontece, devido ao desvirtuamento da tutela. Ao invés de defender firmemente os direitos e os interesses dos índios, o governo usa a tutela para dominá-los e controlá-los. Toma decisões graves, como a redução de territórios, transferência de grupos de um local para outro; usa terras para empreendimentos econômicos estranhos à comunidade e outras medidas desse teor. Como não se faz uma avaliação responsável desses atos do governo, crimes não são punidos e tendem a se repetir.

Desde 1973, a questão indígena é regida pela lei nº 6.001, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. No artigo 3º, essa lei define quem é o índio: "É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional."

As pessoas que se enquadram nessa definição têm, em princípio, direitos garantidos pela lei. É o caso, por exemplo, dos direitos patrimoniais relativos à terra e seu usufruto, que de acordo com o ar-

tigo 231 da Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhe o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Esse é um assunto da maior importância, por que a terra é parte indissociável da vida indígena. Dela extraem alimento, abrigo, utensílios, e nela reside o seu passado, seus mortos e o cenário de sua cultura. Privar o índio da terra é condená-lo à extinção. Mas, embora a lei e o texto constitucional assegurem esse direito, a cada ano os territórios indígenas se tornam mais e mais reduzidos. O próprio governo estabeleceu em 1973 um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas. A demarcação, como se sabe, é uma me-

cida importante para a defesa da posse. Significa reconhecer oficialmente a posse, colocar marcos nos limites da área definida como indígena, além de avisos advertindo tratar-se de terras da União. Com isso, procura-se evitar a invasão da área por outras pessoas. Feita a demarcação, que deve ser homologada pelo presidente da República, faz-se o registro da área no Serviço de Patrimônio da União (SPU), e nos cartórios locais de registro de imóveis. Com esses procedimentos a área fica legalmente protegida.

O prazo de demarcação expirou em 1978 e até hoje apenas cerca de 15% das terras foram demarcadas. O resultado desse descaso é extremamente grave, pois as invasões das terras se multiplicam de modo incontrolável. Registros recentes mostram que garimpos e mineradoras se alastram sobre terras indígenas. Na construção ou planejamento de hidrelétricas, barragens, estradas e ferrovias a presença indígena é igualmente ignorada. É assustador o número de invasões dos territórios por grileiros, posseiros e fazendeiros.

A omissão do governo e a violência do processo causam perdas irreparáveis. Vejamos o exemplo trágico do que aconteceu com os índios Parakanã, do Pará. Durante a construção da Transamazô-

nica eles foram transferidos para uma reserva. Alguns anos mais tarde, com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, constatou-se que as águas do reservatório inundariam sua área. Foram novamente transferidos, só que desta vez para um local já invadido por posseiros e cujos riachos eram pobres em peixes, importante fonte alimentar dos índios. Em 1982, os Parakanã haviam perdido metade da sua população.

Os exemplos de desastres podem ser multiplicados, pois a construção de hidrelétricas, estradas ou a implantação de empreendimentos empresariais, ao lado da invasão de grileiros, resultam não apenas em conflitos, mortandade imediata, redução das áreas destinadas aos índios; acarretam, igualmente, desastres ecológicos que afetam a sobrevivência das novas gerações indígenas.

### **Perspectivas que se abrem**

Embora grande parte da sociedade brasileira seja indiferente aos problemas vividos pelos índios, seja por discriminá-los como selvagens ou simplesmente por descaso e falta de interesse, pode-se en-

contrar aqui e acolá pessoas ou grupos que procuram defender seus direitos. Nas cidades maiores, em escolas, universidades, centros culturais, a partir de 1970, começaram a surgir e a aumentar o número de aliados dos índios. Formaram-se associações que passaram a acompanhar de perto a política indigenista oficial e a denunciar os crimes e outras violências cometidas contra eles. Algumas dessas entidades divulgam suas atividades em jornais, boletins, palestras ou através de outros meios. O surgimento desses grupos tem ajudado bastante a luta indígena, não apenas por servir de apoio à causa indígena nas cidades, mas também por ser fonte de combate ao preconceito e racismo que, infelizmente, vicejam em setores da sociedade brasileira.

Mas o fato mais importante dos últimos anos foi, sem dúvida, a organização dos índios em associações locais e regionais autônomas, de caráter político, voltadas para a defesa dos seus interesses. Igualmente importante foi a mobilização de índios em torno da União das Nações Indígenas (UNI), a partir de 1980, com o objetivo de conduzir a luta pelos seus direitos.

Os integrantes da UNI enfrentam vários tipos de dificuldades, como a oposição sistemática da Fu-

nai e do governo em geral que, por meio de diversos artifícios, tentam impedir suas atividades. Além disso, muitos dos participantes da UNI são índios que falam o português, vestem-se de acordo com os costumes brasileiros e identificam com clareza as ações nefastas às sociedades indígenas. Diante disso, o governo tem feito várias tentativas de cassar suas identidades, formulando critérios para definir 'quem é índio', determinando as características que a pessoa deve ter para poder ser classificada como indígena. Em suma, em lugar da própria comunidade de definir quem são seus membros, o governo é quem teria a palavra final para dizer quem é ou não é índio. Nas últimas versões desses documentos, um índio que falasse português e estivesse familiarizado com nossos costumes, ou ainda que tivesse carteira de identidade, poderia, por decreto, perder o direito de sê-lo. E perder o direito de ser índio significa, principalmente, perder o direito à posse da terra, assegurada pela Constituição Federal.

Felizmente, esse ato autoritário foi rejeitado pelo Congresso Nacional, que teve a lucidez necessária para entender a gravidade do assunto e as terríveis consequências que tal arbitrariedade acarretaria aos indígenas do Brasil.

Todas essas agressões mostram com clareza que a conquista iniciada no século XVI continua ativa, tendo apenas alterado suas táticas. Os índios continuam sendo perseguidos, discriminados, humilhados, assassinados, e os poucos direitos que conseguiram defender numa luta árdua, que dura séculos, são constantemente ameaçados.

## GLOSSÁRIO

**Aculturação.** Compreende os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo de sociedades de culturas diferentes com as mudanças consequentes nas culturas originais dessas sociedades. O termo aplica-se com maior propriedade quando do encontro de sociedades tribais, sociedades de dimensões assemelhadas. Fala-se, então, da aculturação intertribal, ou seja, de um processo de influências mútuas. Por outro lado, o encontro de sociedades indígenas com a sociedade brasileira, por exemplo, não abre espaço para tal intercâmbio cultural, mas sim para a crescente dominação dos povos indígenas e mesmo sua destruição. Nossa história revela que a constituição do Estado brasileiro, da unificação ao controle político, assentou-se na dominação e no extermínio de centenas de povos indígenas. Estima-se que no século XVI, à época da conquista, a população indígena fosse de três a quatro milhões de indivíduos (algumas estimativas falam até em cinco milhões). Hoje calcula-se que essa população seja de duzentos a 220 mil. A essa política de extermínio de povos indígenas, dá-se o nome de *etnocídio*.

**Bilinear.** O mesmo que bilateral. Relativo a sistemas mistos de traçar o parentesco. Em certas socie-

dades a sucessão dos filhos se dá por linha paterna e a das filhas por linha materna.

**Bugre.** Termo depreciativo, ainda hoje de uso corrente em certas regiões do Brasil para designar os índios.

**Cacique.** Chefe indígena que exerce autoridade temporal, em contraposição ao pajé, chefe espiritual.

**Clã.** Grupo de parentes unilinear e exógeno.

**Cultura.** Sistema de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade.

**Cuvade.** Do termo francês *couvade*. Costume de algumas sociedades indígenas, segundo o qual o pai submete-se à restrições alimentares e cuidados especiais após o nascimento dos filhos.

**Descendência.** Norma que rege a filiação nos grupos sociais, mediante os laços de parentesco. Chama-se *matrilinear* quando é traçada pela linha feminina e *patrilinear* quando pela masculina.

**Esterótipo.** Representação coletiva, geralmente verbalizada, constituída pela imagem simplificada de indivíduos, instituições ou grupos. Quanto maior a diferença cultural, tanto mais acentuada a tendência à generalização, à simplificação e, portanto, à deturpação das características da sociedade estranha.

**Etnia.** Grupo biológico e culturalmente homogêneo. O termo não é sinônimo de raça, pois a palavra raça tem um sentido exclusivamente biológico.

**Etnocentrismo.** Atitude emocionalmente condicionada que leva a considerar e julgar sociedades culturalmente diversas com critérios fornecidos pela própria cultura. Resulta numa tendência a menosprezar ou mesmo odiar culturas cujos padrões se afastam ou divergem dos da cultura do observador.

**Etnocídio.** Crime que consiste em destruir total ou parcialmente grupos étnicos.

**Exogamia.** Regra que proíbe o casamento com pessoas do próprio grupo social, seja esse grupo uma linhagem, um clã, uma tribo etc.

**Genocídio.** Crime contra a humanidade, definido pela ONU, e que consiste no extermínio ou na desintegração de grupos humanos por motivos raciais, religiosos, políticos etc. Tem caráter mais amplo do que o *etnocídio*.

**Incesto.** União sexual ilícita, de acordo com os costumes da sociedade em questão. O conceito de incesto varia bastante entre as diversas sociedades, sendo constante apenas no que diz respeito à relação sexual entre pais e filhos.

**Linhagem.** Grupo de parentesco unilinear que se considera descendente de um ancestral comum.

**Matriarcal.** Não deve ser confundido com *matri-linear*. Tipo de organização social caracterizado pela autoridade social e política das mulheres. Formas verdadeiramente matriarcais foram observadas muito raramente.

**Matri-linear.** Regra de parentesco que traça a descendência pela linha feminina.

**Monogamia.** Forma de casamento de um homem com uma mulher de cada vez.

**Patriarcado.** Não deve ser confundido com *patri-linear*. Tipo de organização social caracterizado pela autoridade social e política dos homens.

**Poliandria.** Forma de casamento de uma mulher com vários homens ao mesmo tempo.

**Poligamia.** Forma de matrimônio com uma pluralidade de pessoas do outro sexo. Divide-se em *poliandria* e *poliginia*.

**Poliginia.** Forma de matrimônio de um homem com várias mulheres ao mesmo tempo.

**Primo cruzado.** Filhos da irmã do pai ou do irmão da mãe. Relação de parentesco que existe entre os filhos de irmãos de sexos diferentes.

**Primo paralelo.** Relação de parentesco que existe entre os filhos de irmãos do mesmo sexo: filhos do irmão do pai ou da irmã da mãe.

**Raça.** Segundo os cientistas, F. M. Salzano e N. Freire-Maia, raça é um conjunto de indivíduos ocupando uma determinada área geográfica, cruzando-se entre si e geneticamente distintos de outros conjuntos da mesma espécie. Com referência à espécie humana, não existem raças puras no sentido de populações geneticamente homogêneas. A declaração da Unesco sobre aspectos biológicos da questão racial afirma: "Os povos do mundo de hoje parecem possuir potencialidades biológicas iguais para atingirem qualquer nível de civilização. Diferenças no desenvolvimento dos povos devem ser atribuídas somente a sua história cultural."

**Rito.** Tipo de cerimônia constituída por ações estandarizadas e ligadas a fórmulas, gestos, símbolos, aos quais se atribuem virtudes ou poderes inerentes, suscetíveis de produzirem determinados efeitos ou resultados. O rito encontra-se não só na vida religiosa, mas em todas as esferas culturais de qualquer tipo de sociedade. Exemplos: casamentos são realizados através de ritos nupciais, tanto de caráter religioso, quanto civil. Uma série de gestos, falas e símbolos torna o casal unido perante a sociedade. O ritual do batismo é uma forma de agir definitivamente o indivíduo à comunidade de fiéis. Ritos fúnebres expressam um procedimento que visa cortar os vínculos com um estado anterior.

**Selvagem.** Originariamente o termo designa o habitante da selva, mas é usado em sentido pejorativo e preconceituoso para designar povos indígenas. V. *Bugre*.

**Símbolo.** De acordo com o antropólogo americano Leslie White, alguma coisa cujo valor ou significado é atribuído pelas pessoas que a usam. Dizemos 'coisa' porque o símbolo pode assumir qualquer forma física, pode ter a forma de um objeto, uma cor, um som, um gosto, um comportamento etc.

**Sistema de parentesco.** Conjunto de regras e termos correlatos que definem e classificam as relações de parentesco numa determinada sociedade.

**Socialização.** Processo pelo qual o indivíduo é integrado à sociedade, através da aprendizagem continuada das práticas sociais e culturais. A socialização tem início na primeira infância e continua por toda a vida.

**Xamã.** Indivíduo que, entre os povos indígenas, estabelece comunicação com forças ou seres sobrenaturais, por meio de sonhos, visões ou práticas especializadas. Seus poderes são geralmente usados para a cura de doenças e outros males.

#### BIBLIOGRAFIA COMENTADA

FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica na Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1975.

Seleção de artigos sobre o mundo indígena, em especial na época da conquista européia. Destacam-se para o leigo os trabalhos apresentados na primeira parte, dedicados à análise dos grupos Tupí e, em particular, o ensaio 'Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal', que relata a trajetória e os conflitos vividos por um índio educado por missionários para viver entre brancos.

GALVÃO, Eduardo. *Índios e brancos no Brasil. Encontro de sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Artigos sobre etnologia brasileira com importantes informações sobre vários povos indígenas e aspectos da cultura amazônica.

JUNQUEIRA, Carmen. *Os índios de Ipavú. Um estudo sobre a vida do grupo Kamaiurá*. São Paulo, Ática, 1979.

Trata-se de um relato sobre o sentido que os Kamayurá atribuem a sua existência individual e coletiva, a partir do depoimento dos próprios índios.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. In: ———. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. pp. 328-366.

O artigo aborda a diversidade das culturas e sua contribuição à riqueza cultural na humanidade. Fornece ainda reflexões claras sobre o etnocentrismo.

MALINOWSKI, Bronislaw (org.). *Eunice Durham*. São Paulo, Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais, 55)

Uma boa seleção de textos de Malinowski sobre diferentes aspectos da cultura dos indígenas das ilhas Trobriand: troca, lei, vida sexual, magia, religião etc. O relato vivo e inteligente do autor torna a leitura interessante e produtiva.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiteer. Os Suruí de Rondônia*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Relato inteligente do significado da vida comunitária entre os índios Suruí de Rondônia. Abor-